

38º Encontro Anual da ANPOCS – 2014

SPG 21 – Sociologia e Antropologia da Moral

Tensões e conflitos de vizinhança em um conjunto habitacional do programa
Minha Casa, Minha Vida em uma cidade média de Minas Gerais.

Diogo da Cruz Ferreira¹

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais da Universidade Estadual do Norte Fluminense (PPGPS/UENF). Membro do grupo de pesquisa CEP28 – Cidades, Espaços Públicos e Periferias da Universidade Federal Fluminense.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo analisar as tensões e conflitos de vizinhança entre moradores de um conjunto habitacional, edificado no quadro do programa *Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)* em 2010 em uma cidade média de Minas Gerais. A minha análise se fundamenta na tradição e no legado da tradição da primeira Escola de Chicago (Pierson, 1970) considerando que a abordagem ecológica e a *frame analysis* permitem articular as consequências morais deste programa com a natureza do processo de expansão urbana (Burgess, 1925, *In*: Pierson, 1970) gerada pelo *PMCMV*.

Realizei uma etnografia *in situ*, de fevereiro a julho de 2014. O processo de observação por imersão me parecia um recurso mais adequado para compreender, do ponto de vista dos diversos atores que analiso (traficantes, evangélicos, fofoqueiros, etc.), a natureza das tensões e conflitos que caracterizam a sociabilidade do lugar. Procurei observar a vida cotidiana do condomínio e, em particular, os transtornos que emergiam nas situações entre vizinhos (do próprio conjunto, mas também entre os moradores do condomínio e aqueles de seu entorno).

Na primeira seção, apresento a arena que se mobilizou em torno do “problema habitação popular” nesta cidade, particularmente após catástrofes ambientais na região. A edificação do *Condomínio Residencial Vila Verde Esperança* foi marcada por uma série de controvérsias públicas, que contribuiu para o surgimento paulatino de rotulações (Becker, 2008) dos moradores da área em que foi construído o condomínio. Em particular, analisarei os tipos de acusações contra os beneficiários do programa ao longo deste processo que resulta, em parte, dos efeitos das tensões de vizinhança e das estigmatizações dos “novos”.

Em seguida, analisarei a reconfiguração dos padrões de sociabilidade do bairro (aquelas do condomínio) após a mudança de traficantes de drogas para o conjunto habitacional, logo após sua construção. De um lado, a presença destes atores provocou fortes reações por parte dos moradores residindo nas proximidades do conjunto. Por outro, no próprio conjunto, esta característica configurou uma ordem moral que gera, como parte das rotinas no local,

inúmeras tensões que não podem se transformar em conflitos abertos devido à antecipação dos efeitos da sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004).

A etnografia dos conflitos de vizinhança dentro e no entorno do condomínio aponta para o fato de que a presença de traficantes de drogas no local ora inibe seu tratamento pelas partes envolvidas, muitas vezes os asfixiando, ora são mediados por estes atores. A partir destas observações, nesta pesquisa, em curso de elaboração, sustento a nova conjuntura da política habitacional, que situo a partir do programa Minha Casa Minha Vida, associa o processo de expansão urbana nesta cidade com novas modalidades de gestão de conflitos mediados, de forma crescente, pelos traficantes. A compreensão do atual ordenamento espacial e moral da cidade é, neste sentido, resultante da *expansão do mundo crime* (Feltran, 2008).

Nesta pesquisa, procuro compreender, de um lado, como o PMCMV representa um segmento temporal (Simmel, 1983) do *problema público* (Gusfield, 1981) “habitação popular” no Brasil. Por outro, como as reapropriações destas diretrizes, provocou, em escala municipal, tensões internas e externas entre vizinhos geradas pela presença de um novo condomínio. Como apresentado acima, várias destas tensões decorrem da continuidade entre o condomínio e a sociabilidade violenta (Machado da Silva, 2004).

1 A construção da *habitação popular* como *problema público*: reconfiguração da ordem social, moral e espacial da cidade

Há mais de um século, a moradia popular é um dos focos centrais da atenção do Estado (Valladares, 2005) no Brasil. A habitação dos pobres multiplicou intervenções urbanas tratadas como modo de gestão da pobreza nas cidades brasileiras. O assunto *habitação popular* suscitou o surgimento de diversos personagens. Mobilizou e formou múltiplas arenas² a partir das quais podem ser observadas controvérsias e disputas que contribuíram para a definição de pautas de diferentes projetos estatais voltados para moradias de camadas de baixa renda.

O programa *Minha Casa, Minha Vida (PMCMV – fase 1)*³, criado em 2009, pode ser interpretado como uma nova forma de tematizar o *problema público*⁴ (Gusfield, 1981) habitação popular. A categoria *população em situação de risco* pautou grande parte deste debate, que redefinia os públicos a serem considerados prioritários nas políticas habitacionais voltadas para camadas populares. Este momento corresponde a uma redefinição do "popular" que não designa mais a categoria de trabalhadores, e sim, "famílias de baixa renda em situação de risco social e/ou ambiental".

² Cefai (2009) associa a noção de arena pública a um modo de problematizar a ação coletiva nas ciências sociais. Esta noção permite dar conta da co-presença da defesa de diferentes bens comuns visados. A formação de arenas públicas inicia-se quando problemas passam a ser concebidos como comuns, os atores que participam de sua formação são analisadores de situações e se mobilizam em busca de soluções concretas, tidas como problemáticas, injusta, e se torna um espaço de confrontação de sentidos atribuídos a um assunto e de generalização das críticas de seus membros.

³ O Programa *Minha Casa, Minha Vida (PMCMV)* é um programa habitacional instituído pela lei federal 11.977 no ano de 2009. Para a seleção dos aptos a se beneficiar do programa, priorizou famílias com renda de até três salários mínimos (um dos públicos), e que vivem em áreas de riscos ambientais e situações de vulnerabilidades sociais. Ela compõe o quadro de ações do Ministério das Cidades, sendo o órgão gestor a Caixa Econômica Federal (CEF).

⁴ Gusfield (1981), analisou o ato de dirigir alcoolizado e como ele se tornou um problema público nos Estados Unidos. Para isso, analisa as disputas definicionais, isto é, as disputas em torno da definição de assuntos de diversas arenas e as competições entre elas para que estes mesmos assuntos tornam-se visíveis no espaço público. Estas disputas orientam a formação de arenas que competem entre elas para realçar a gravidade da situação problemática em relação àquela denunciada por outra arena, e assim, ser tratado com prioridade, e incluído na agenda pública.

Fundamentado nestes dispositivos, foi projetado e construído o *Condomínio Residencial Vila Verde Esperança*⁵, em uma cidade média⁶ do Estado de Minas Gerais. A decisão de construir este “condomínio” foi inicialmente decorrente do esforço do poder municipal em encontrar soluções diante de moradores que perderam suas casas após catástrofes ambientais. Em 2007, o rompimento da barragem do minério da bauxita, que ocorreu na cidade vizinha, como consequência, inundou casas construídas nas margens do rio, posteriormente, fortes chuvas causaram enchentes, inundações e destruiu casas construídas em aclives e encostas.

Estes eventos iniciam a formação de arenas locais em torno do tema da habitação, elas se mobilizavam para denunciar estes acontecimentos e reivindicar uma intervenção do poder público. Disputavam crescentemente a atenção pública, contribuindo para a construção de um *problema* da habitação popular na escala deste município. Observava-se um esforço de tornar a “questão da moradia” num problema prioritário a ser inserido na agenda pública local (Gusfield, 1981), deste trabalho, alcançou o plano federal, o município foi contemplado pelo *PMCMV*.

No ano de 2010, após um longo processo de negociação para definir onde residiriam os moradores atingidos por essas catástrofes, iniciou-se a construção do conjunto, próximo a um bairro antigo, constituído a partir dos anos de 1940, a uma distância de dez quilômetros do centro da cidade, numa área considerada rural. O condomínio é formado de 76 blocos e de 304 apartamentos. Na primeira fase de seleção dos “aptos” a se beneficiar do programa, em 2011, os “atingidos pela bauxita” tiveram prioridade.

No entanto, estes últimos recusaram morar em um bairro que apresentasse tal distância em relação ao centro. Como já havia sido construído, o poder municipal redefiniu o público com base na legislação federal⁷ para definir quem seriam as famílias prioritárias. Os critérios de seleção passaram a

⁵ Para preservar o anonimato dos protagonistas da minha pesquisa de campo, foram alterados nomes de pessoas e de lugares, incluindo a cidade do condomínio. Não creio que esses cuidados, derivados de exigências éticas, tenham afetado a fidedignidade da descrição.

⁶ Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), cidade de médio porte é aquela cuja população está na faixa de 100.000 a 500.000 habitantes. A cidade em análise possui 105.861 habitantes, segundo o censo de 2012.

⁷ Refere-se a lei federal nº 11.977/2009, dispõe sobre o *PMCMV* e regularização fundiária.

serem norteados pela renda (de até três salários mínimos) e se tornaram prioritárias famílias que viviam em áreas de *riscos ambientais* e *situações de vulnerabilidades sociais*, como: usuários do bolsa família, aluguel social, mulheres chefe de família, idosos e deficientes.

Em 2011, cerca de 1200 pessoas mudaram-se para o condomínio, nesta época, conhecia pessoalmente este bairro, decorrentes de minhas atividades profissionais na área de serviço social. Observei que, após a instalação dos moradores no conjunto, houve uma profunda mudança no que tange à sociabilidade do bairro, esta foi a primeira experiência que me permitiu acompanhar a trama de sua sociabilidade, que se tornaria o objeto de minha pesquisa.

Este contexto interfere sobre os modos de problematizar a “habitação popular” em uma cidade média a partir dos efeitos e sentidos conferidos a execução do programa. Se não for considerada a particularidade da sociabilidade urbana, dificulta a possibilidade de compreensão da formação de arenas locais e de um problema público, divergentes de um contexto urbano para outro, e que norteiam os quadros sociais (Goffman, 2012) dos moradores do lugar.

“Bandidos, traficantes e vagabundos” como formas de acusações dos moradores

Durante a construção do *Condomínio Residencial Vila Verde Esperança*, em 2010, os antigos moradores (muitos residindo na área desde os anos de 1940) sentiram-se “ameaçados” pela presença dos novos moradores. Relacionavam a presença dos recém-chegados com o surgimento de “traficantes” e “ladrões” que “desordenariam” o bairro antigo. Nestes termos, a chegada destas novas personagens inseriu, nesta área, a linguagem da *violência urbana*⁸ a partir do início das obras do “condomínio”.

⁸ Machado da Silva (2007, p. 12) discorre que a “violência urbana” configura um campo semântico particular – e, na atualidade, decisivo – que, por outro lado, não tem fronteiras definidas; dependendo do contexto, pode incorporar todo tipo de atitudes e condutas que

Nas conversas ordinárias, multiplicavam-se acusações feitas aos futuros moradores. Os antigos afirmavam que “todo o lixo ruim da cidade seria jogado ali”. Nestes termos, como Misse analisou, a “acusação especializa-se em refinar a associação do sujeito à transgressão, reificando seu caráter ou sua personalidade como homogeneamente transgressor ou não-transgressor” (2008, p. 16).

Este “ali” definia a localização e os limites em que viveriam as pessoas enquadrados num tipo social negativo, classificadas como “bandidos, vagabundos e traficantes”. Estas rotulações eram fundamentadas nas origens dos recém-chegados (de outras favelas da cidade ou de bairros considerados “perigosos”).

Neste processo, as tensões relacionadas com a presença dos novos atores decorriam da relação de proximidade entre *estabelecidos* e *outsiders*⁹ (Elias e Scotson, 2010), faz se necessário destacar que o conjunto construído próximo ao bairro antigo, tem como divisa uma rodovia federal, cuja distância entre um e outro, é aproximadamente dois quilômetros. De um lado, observava um momento de prova em que a *humanidade* (Freire, 2000) dos recém-chegados era colocada à prova. Por outro, os antigos, apresentavam-se como *empreendedores morais* (Becker, 2008), definindo os “novos” como grupo desviante em nome da quebra de sociabilidade que sua presença implicaria.

Do ponto de vista dos estabelecidos, a execução do programa na “sua” área era percebida como uma estratégia da prefeitura para resolver “a situação da violência que aumentava na cidade”, afastando-a do centro. Além disso, os “antigos” denunciavam o fato de que, segundo eles, o bairro não foi planejado para receber tantos novos moradores. Residindo próximo ao condomínio, os antigos viam de maus olhos a chegada dos vizinhos. Recusando compartilhar o

simplesmente “incomodam”, afetando “apenas superficialmente a continuidade das rotinas diárias”.

⁹ Elias e Scotson (2000, p. 7) analisa as tensões entre dois grupos sociais que residem no povoado industrial de Winston Parva em Londres: o primeiro é composto de antigos moradores estabelecidos, e o segundo, de trabalhadores que passam a morar no povoado, os *outsiders*. O primeiro é “um grupo que se auto-percebe e que é reconhecido como uma “boa sociedade”, mais poderosa e melhor, uma identidade social construída a partir de uma combinação singular de tradição, autoridade e influência: os *established* fundam o seu poder no fato de serem um modelo moral para os outros. Os *outsiders* são aqueles que não integram a “boa sociedade”, os que estão de fora dela. Este grupo é um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os *estabelecidos*.

bairro com moradores deste condomínio, novas disputas emergiram no debate público da cidade que eram aumentadas pelo fato de que, ainda segundo eles, a construção do condomínio não fora acompanhada da instalação de infraestruturas e serviços adequados com o crescimento da área.

Em 2011, 1200 pessoas se mudaram progressivamente para os 304 apartamentos do condomínio. Os “aptos” (definidos por engenheiros e assistentes sociais) vinham da zona urbana e rural. Essa heterogeneidade foi mais um motivo de disputas e controvérsias (tanto por parte dos moradores do condomínio quanto pelos vizinhos antigos). Um morador do condomínio, por exemplo, se referiu a estes conflitos nos seguintes termos: “no início foi muito tumultuado, veio gente de vários bairros, as pessoas antes tinham rinchas, brigas antes de virem para cá, agora imagina o resultado disso”.

Nestes termos, este novo momento anuncia o ambiente da reconfiguração dos padrões das sociabilidades internas ocasionada pela presença dos moradores que foram selecionados. Alguns pertenciam a grupos rivais [do tráfico], outros da zona rural e urbana (neste último caso, vários moradores residiam antes em regiões representadas como violentas). Além disso, alguns moradores se referem a uma nova territorialização do tráfico, que se associou ao aumento de roubos (tanto no conjunto como no distrito), de tiroteios e constantes brigas entre vizinhos. No início, as brigas entre vizinhos do condomínio me foram apresentadas como resultante do tipo de habitação, casas geminadas com paredes finas, que geravam incômodos sonoros.

Além disso, alguns moradores do condomínio que antes residiam em áreas urbanas tiveram que lidar com um ambiente rural. Os estabelecidos consideravam que estes tipos de moradores novos ameaçariam a ordem social local por não ter condição de se adaptar ao modo de vida rural. Logo, este grupo seria necessariamente desordeiros. Esses conflitos deixaram os moradores do bairro vizinho apreensivos. Impactava sobre suas rotinas, pois passaram a compartilhar os lugares públicos da área. Os “antigos” receavam encontrar os “novos”, vistos como “pessoas não civilizadas, escandalosos e brigões”. Um dia, uma moradora antiga indagou: “se ali é deles, o que sobrou para nós?” e prosseguiu “sabemos que eles também não têm culpa, poxa, a gente tinha

nossos problemas, eles ainda chegaram achando que iam dominar, roubavam, aterrorizava as pessoas, como confiar neles?”

A análise dos conflitos e tensões entre *estabelecidos* e *outsiders*, decorrente da presença do programa habitacional, só é compreensível se levada em consideração as particularidades da sociabilidade urbana da cidade e deste bairro. As respostas dos “antigos moradores” foi a de “dar o troco” aos “elementos do condomínio” (para se referir aos “ladrões”). Um morador do bairro antigo relatou: “a gente não deu brecha, tivemos de nos unir, certa vez um veio roubar aqui, o pessoal daqui juntou e quase matou ele, se não tivéssemos feito isso, estaria pior”.

A execução do programa interferiu moral e espacialmente na sociabilidade da área do condomínio, contribuindo para a formação de uma nova região moral na cidade, reconhecida publicamente como sendo habitada por “traficantes” e “ladrões”. Em um primeiro momento, os moradores vizinhos ao condomínio gradearam suas casas para se “proteger do roubo” e evitar o convívio com “estranhos”. Alguns ainda defendiam que era necessário “fazer justiça com as próprias mãos”.

Os moradores do condomínio, sentindo evitados, por serem problematizados como “bandido” de fato ou em potencial e excluídos, me apresentaram frequentemente suas dificuldades de se integrar na sociabilidade da área. Quando chegaram, vários dentre eles procuraram empregos formais na cidade, mas se deparam com as rotulações de empregadores que um de meu interlocutor descreveu: “dar emprego a um morador do condomínio não era confiável”. Estas representações sobre os moradores do condomínio foram rapidamente propagadas na cidade toda.

As tematizações coletivas referentes a estes moradores provocaram um debate público em torno dos “problemas” gerados por este programa (na imprensa escrita, televisiva e nas redes sociais). Os moradores formularam diversas denúncias e tornaram públicas suas indignações em relação a estas rotulações, em busca de captar a atenção pública. Fizeram manifestações (uma delas, a mais visível no debate público, consistiu na paralisação da rodovia que atravessa a cidade). Suas reivindicações voltavam-se para diversos repertórios: a necessidade de implementar políticas de segurança pública; a construção de

uma passarela para travessia de pedestres; melhorias na sinalização, nos serviços de saúde, educação, transporte público e de infra-estrutura dos apartamentos. Em resposta a estas reivindicações, a prefeitura criou o Centro de Referência da Assistência Social para atender as demandas dos moradores do bairro vizinho e do condomínio.

No caso em análise, vale destacar a continuidade entre as rotulações dos moradores do condomínio após a execução do programa, suas mobilizações diante destas estigmatizações que contribuiu para a formação de uma identidade social dos condôminos para “fora” e para “dentro”. Neste processo, os estigmas se relacionaram inicialmente com a origem dos moradores (de territórios da pobreza do condomínio, de camadas populares) e fundamentaram as tensões de vizinhança de “fora” para “dentro”.

Neste sentido, a trajetória da execução do programa, sua incidência sobre a definição de uma nova região moral, bem como sobre as rotulações dos condôminos aponta para um processo de segregação urbana fundamentada cognitivamente nas tensões e conflitos de vizinhança, que se aproximam de uma afirmação de Machado da Silva, “a segregação geográfica implementada nas ‘margens do Estado’ rebate na discriminação social, no preconceito e na estigmatização dos moradores desses territórios” (2008: 16).

“Depois virou o Carandiru”

Dona Chica, mora no conjunto desde setembro de 2011. Idosa, 70 anos, cabelos cinzentos curtos amarrados por uma fita de cor azul. Vestia uma saia comprida bege de renda e camiseta rosa em uma das nossas conversas, em março de 2014. Estava sentada no sofá com uma Bíblia e rádio ao lado. Eu estava na cadeira ao lado, escutando-a: “o sorteio estava cheio de pavão [*referindo-se aos homens políticos e as personalidades públicas presentes*] era para aparecer um pouco também, veio todo mundo, até deputado veio, a gente era importante, prometeram mundos e fundos. No dia estava tão bonitinho, tudo iluminado, no início foi muito bom”. Perguntei-lhe quando era “este início”. Me respondeu: “os três primeiros meses” e prosseguiu, “depois virou o Carandiru.

Nas reuniões, o João falou que não podia vender bebidas, ter bar, cachorro e nem fazer varal. Olha como está hoje [*olha para mim e ri*], se passar um carro na rua, ele tem que abaixar para não encostar nas roupas [*novamente pausa para risos*] (...) Deram um prazo de 30 dias para virmos morar aqui, vai fazer três anos isso, e olha o que virou?”. Dona Chica me convidou assim para interpretar as mudanças internas decorrentes das ressignificações atribuídas a vida condominial.

A fixação do tráfico nesta área, os constantes roubos, as incessantes brigas entre vizinhos, os bares e a presença de animais (porcos, galinhas, cavalos e cachorros) foram alguns dos motivos de descontentamentos de Dona Chica que, segundo ela, contrastam com o nome do programa, “minha casa, minha vida”. Para ela, o condomínio virou um “pesadelo”. Ela foi uma das personagens que me permitiu compreender parte da trama da sociabilidade do lugar, apresentando um mundo plural, moralmente construído pelos seus moradores.

Késia, outra moradora do conjunto, 65 anos, sentada no sofá, em frente a uma televisão ligada, vestida de calça e blusa preta, também compartilhou comigo a lembrança da aquisição da casa no condomínio: “quando cheguei em casa, minha netinha entregou uma carta. Disse: “vovó ganhou” a casa [pausa]. Nesta conversa, emocionou-se, lágrimas escaparam, lembrando de sua chegada. A emoção certamente foi intensificada, pois esta conversa ocorreu logo após uma “humilhação”, nos seus termos, que tinha acabado de vivenciar. Houve, dias antes desta interlocução, “uma operação” das polícias militar e civil no condomínio e sua casa foi invadida enquanto ela se encontrava em uma consulta médica. De volta, encontrou a porta de sua casa arrombada e seus pertences espalhados pelo chão.

Com tom de voz embargada, prosseguiu nossa conversa: “sabe meu filho, não acreditei. Era o meu sonho, na hora ajoelhei e agradei a Deus” (...) “A minha casa é minha vida, mesmo diante de tudo que acontece aqui, tem um pessoal que chama aqui de favela, outros de Carandiru [risos] mas nunca mexeram comigo”.

A expressão “ajoelhei e agradei a Deus” traduz uma operação moral que relaciona a obtenção da casa como um dom de Deus, pouco relacionado com a

linguagem dos direitos que atravessavam os fundamentos do PMCMV. Paralelamente, a afirmação “nunca mexeram comigo e mesmo diante de tudo que acontece aqui” aponta para os efeitos da sociabilidade violenta nas suas rotinas, que podem ser, no entanto, administradas mediante um ajustamento do morador com esta ordem. Observa-se que a humilhação é associada, neste caso, à “operação policial”, como se a problematização da sociabilidade violenta e de seus efeitos não pudessem ser explicitados. Por fim, ainda observa-se uma associação “à favela” formulada com certa jocosidade por esta moradora.

Como Leite (2008) apontou, enquanto a favela até a década de 1980 era caracterizada como berço do carnaval, do samba ou, mais amplamente, de cultura popular, os sentidos desta categoria alteram-se posterior e progressivamente. A “favela” passa então a ser associada à “violência” e aos “bandidos”. A autora ainda ressaltou que a categoria “favela” foi ampliada aos conjuntos habitacionais, loteamentos irregulares e bairros periféricos. Neste sentido, observa-se uma forte associação entre *território da pobreza*, “favela” e “violência” que, como no meu caso, parece se edificar sobre o que é representado como ordem violenta.

Levando em consideração estas diversas construções morais sobre “a favela” ou “territórios da pobreza”, pude observar que estas adquiriram centralidade na atenção pública na escala da cidade que estudei. Os moradores deste conjunto, até hoje, são sistematicamente associados ao perigo no debate público. Esta operação moral despertou a atenção de diferentes instituições que buscaram interferir na sociabilidade no condomínio.

Outro repertório, principalmente mobilizado por instituições municipais ou nacionais, ainda foi de fundamental importância para compreender a ordem moral do condomínio. A definição dos “riscos ambientais” e das “vulnerabilidades sociais” (que incidiram no trabalho de seleção dos moradores) se fundamentou na associação entre os moradores do conjunto com a categoria de “classe perigosa”, pois o próprio sentido do perigo e do risco depende intrinsecamente da ecologia da cidade e, portanto, de sua sociabilidade.

2 “Já chegou e colocou movimento”: traficantes e os efeitos da sociabilidade violenta

A categoria “movimento” refere-se à circulação e comércio de drogas. Permite dar conta, paralelamente, do lugar onde podem ser encontrados traficantes, de gênero principalmente masculino. Como eles ficam nas calçadas, são conhecidos pelos moradores como “meninos da calçada”. Além de tecer suas sociabilidades nelas, “o movimento” também pode ser observado nos becos e apartamentos vazios.

O tráfico pode ser considerado como uma forma social, em sentido simmeliano, que enquadra diferentes modalidades de ações recíprocas. A “calçada” é o ambiente no qual se elaboram projetos e se organizam encontros entre estes atores e os usuários de drogas. Os traficantes são dotados de certa notoriedade e *status* que modelam padrões comportamentais correspondentes a um estilo de vida e às expectativas deste (e por) grupo ou, em alguns casos, dos outros moradores do condomínio.

A “calçada”, que pode resumir este estilo de vida, é também mencionada pelos moradores para designar os traficantes, como já mencionei. Em algumas ocasiões, observei que o tráfico pode se referir “à calçada” publicamente ou em interações com moradores não pertencendo ao grupo como meio de preservação da ordem do lugar e, em seguida, da expressão “tá ligado”, como aviso de (ou ameaça) que algo está acontecendo ou por acontecer.

Desta forma, a expressão “tá ligado” pelos “meninos da calçada” refere-se a uma orientação de ajustamento às ordens dos traficantes, senão franca intimidação, que, se não forem seguidas, também pode se reverter em uma invasão de casas de moradores. Trata-se, basicamente, de um modo de coibição de denúncias dos moradores em relação às “atividades na calçada” como meio de antecipar, pela ameaça, o que pode ocorrer em caso de transgressão à sociabilidade violenta.

Santos e Vogel destacam os sentidos do uso da rua, em uma pesquisa realizada no Catumbi, na cidade do Rio de Janeiro. Apontaram que a rua podia se tornar uma extensão da casa, uma:

“[...] visão do espaço privilegia explicitamente o aspecto processual, a dinâmica que resulta dos diversos usos possíveis. A razão da escolha é teórica: não acreditamos na existência prévia e estanque de um conjunto de regras apostas em seguida a um conjunto de lugares. A regularidade existe precisamente em todas as maneiras pelas quais um local venha a ser, de fato, apropriado e usado. As regras de utilização do espaço estão permanentemente em construção. Mas, ao fazê-lo a sociedade estará também construindo um conjunto de relações sociais úteis e seus intérpretes”. (1985: 49)

Semelhantemente, a “calçada” deve ser situada no espaço-tempo no qual é mobilizada e ao longo dos usos e apropriação destas categorias nos lugares públicos pelos moradores.

Os “meninos da calçada”, em sua maioria jovens, entre 15 e 30 anos justificam seu ingresso na carreira do *mundo do crime* pelo volume de “dinheiro fácil” e o status relacionado com este tipo de empreendimento. Neste caso, o status relaciona-se com a categoria de *sujeito homem*, Carla Mattos discorre que “honra, hierarquia e igualdade são moralidades e valores cotejados na compreensão do tornar-se *sujeito homem* no ‘*mundo do crime*’ em torno do uso da força física e armada” (2012:93), são esses valores que convertem em status, e assim compreender a construção social dos “meninos da calçada” no “condomínio”.

Além disso, observei uma relação de parentesco dentre estes protagonistas que merece ser destacada, se uma dessas características do *sujeito homem* é a hierarquia, talvez seja revelada pela consanguinidade: irmãos, primos e tios, por meio dessa relação é que podemos definir as posições deles no *mundo do crime*. Nas situações em que se encontram aqueles que se apropriam “da calçada” para os efeitos da venda de drogas, são definidas as funções de cada um dos seus participantes: os menores de 18 anos devem vigiar a entrada principal da ameaça dos “inimigos” (grupos rivais da cidade cuja presença ocasional gera sistematicamente trocas de tiros no “condomínio”) e a chegada dos “homens” (policiais). Também devem orientar os usuários no trajeto que se encerra no ponto de venda de drogas, isto é, no “movimento”.

No seio do condomínio, os “meninos” são considerados desviantes e, como moradores que escapam às regras dos demais. Os moradores que não se

encontram “no movimento” criticam o uso e o comércio de drogas, nesse sentido, as passagens deles por instituições criminais, como: liberdade assistida, penitenciária, fóruns, confere e agrega valor ao *sujeito homem*, de um tipo que permite não só um processo de rotulação de *outsiders*, mas de serem *incriminados*.

Para pertencer a este agrupamento e construir-se *sujeito homem*, outras características são necessárias, a existência de um *ethos guerreiro*, ter coragem e ser valente são atributos cotejados por eles para não passarem por nenhum *ato de desconsideração* no seu próprio grupo, ou ainda, evitar ser motivo de gozação e zuação.

Nesse sentido, Zaluar, em uma pesquisa realizada na cidade do Rio de Janeiro, descreveu o comportamento desse sujeito, referiu-se ao:

status ou o orgulho masculino dos jovens em busca de uma virilidade do “sujeito homem”, como afirmam – marcada como resposta violenta ao menos desafio, por conta de rixas infantis, por um simples olhar atravessado, por uma simples desconfiança de traição ou ainda apenas porque estavam lá no momento do tiroteio. Despojado dos hábitos da civilidade que já haviam penetrado o cotidiano das classes populares, um homem, nesse *ethos*, não pode deixar provocações ou ofensas sem respostas, e deve defender sua área, pois a tentativa de invasão pelo inimigo também é interpretada como emasculação.

No entanto, manter o status de *sujeito homem* requer não só o uso da força física, mas de armas, o atributo “ter disposição” aparece como elemento da construção social do personagem, que são percebidos em momentos de proteção e defesa do território dos “inimigos”, por outro lado, observei que esses personagens são desafiados, como prova do seu papel e do lugar que ocupa no *mundo do crime*, constituem ajustamentos a ordem violenta e na construção das subjetividades destes atores.

Comércio e ordem: o conteúdo do tráfico

O comércio de drogas é o princípio que organiza a rotina desses personagens, por um lado, demonstra uma expansão de pontos no seu próprio

território, por outro, à articulação entre eles para a manutenção da ordem. Durante o comércio os usuários acionam suas performances para realizar o “desenrolo”, que traduz-se no ato de comprar e negociar, ouvem-se palmas, tocam nas portas e chegam até as janelas, as vezes não é necessário usar esses artifícios, pois quando o traficante avista o usuário, ele antecede a situação, ambos sabem que o “desenrolo” é que dá ao “movimento” sua forma.

Moradores e traficantes observam o “movimento”, nessas horas é necessário “tá ligado”, pois qualquer ação que ameace a normalidade do tráfico é abafada, se for os “homens”, possuem estratégias para eliminem as provas do “movimento”, e o “inimigo” estar armado para a defesa do lugar. O “desenrolo” é utilizado também nos momentos de trocas e negociações entres os traficantes, como: pegar a moto emprestada para o “crime”, “levar na rua”, emprestar a “sacolinha” [embalagem plástica de sacolé], com a finalidade de preparar as drogas para o comércio, no entanto, o sentido da categoria permanece o mesmo, que é negociar e ou fazer trocas e concessões.

Outra expressão que desponta como elemento da *sociação*, entre traficantes, é o “fechamento”, é interpretada como forma de manutenção da unidade do grupo e do “condomínio”, pode ser descrita como rede de sociabilidades fechadas que ocorrem entre eles, através dessas sociabilidades fechadas compreendemos a existência de vários pontos do “movimento” e de que não há qualquer conexão entre a origem e a distribuição das drogas. Ser “fechamento” é evitar a instabilidade interna, se necessário, unir para eliminar o que causa essa instabilidade no “condomínio”.

O “fechamento” representa, fora do “condomínio”, a posição que ocupam no *mundo do crime* na cidade em geral, a observação foi possível por meio de uma pichação no muro, em cores vermelhas, onde se lê: “*Tuido 2 CV - 100% Fechamento*”, sinaliza essa integração com outros grupos e a conexão do *mundo do crime* da cidade em regiões.

Por meio do tráfico, verificou-se elementos que permite contribuir com discussão de Machado da Silva (2004) no que se refere a *sociabilidade violenta*, as expressões “tá ligado”, “desenrolo” e “fechamento” são elementos que permite descrever e dar conta das *práticas da sociabilidade violenta* nestes territórios, uma vez que elas provocam tipos de ajustamentos a ordem violenta,

que restringi o acesso ao espaço no próprio condomínio, e a “lei do silêncio” que dá visibilidade ao *mundo do crime*, este último, media as relações sociais no lugar. Desta forma, “pode-se dizer, assim que estão ativamente engajados no entendimento de sua própria situação, independente da direção das práticas que este entendimento indica” (Machado da Silva, 2004:78)”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta seção, proponho realizar alguns apontamentos pontuais com relação a esta pesquisa em curso de elaboração e análise no programa de pós graduação que estou vinculado. Observar-se-á um processo de expansão urbana na cidade, neste caso, impulsionado pela execução do *PMCMV*, a construção de um condomínio próximo a um bairro vizinho, reconfigurou os padrões morais, sociais e espaciais, não somente deste bairro, mas da cidade em geral, o “sonho da casa própria” é colocado à prova por uma *expansão do mundo do crime*, exigiu dos moradores ajustamentos a uma ordem violenta, este sonho, na realidade, do ponto de vista de alguns moradores tornou-se um “pesadelo”.

Com a *expansão do mundo do crime* nestes territórios, levou-me a sugerir que a *habitação popular* parece ser tratada como modo de enfrentar a pobreza urbana e a criminalidade violenta, uma vez que as gramáticas da violência urbana e as supostas ameaças que representam as “classes perigosas” se imbricam com a tematização do acesso à moradia, que incide na condução de elaborar, executar e dar continuidade, na vida cotidiana, ao *PMCMV*. Por este motivo, estes lugares vêm sendo considerados desordenados e foco de conflito pelos representantes do Estado, o *mundo do crime* aparece como fenômeno de uma dimensão ilegal em contraponto com a legalidade da ação do poder público, as margens do Estado nacional são compostas das práticas, lugares e linguagens. E estas práticas e políticas deste território modelam as práticas políticas reguladoras e disciplinarmente constituem o que chamamos de Estado.

Desta forma, os moradores do bairro vizinho e da cidade em geral, constantemente associam os “novos” ao perigo, cujo norte é requalifica-los na

ordem moral e assim questionar sua humanidade. As rotulações de “bandidos, traficantes e vagabundos” aparecem nas conversas como identidade social de todos os moradores, tornando-os, potenciais sujeitos do processo criminal, muitos passam por atos de desconsideração em seu cotidiano, acusados de transgressores da ordem instituída.

De um lado, observar-se-á que diferentemente das interações entre os moradores do conjunto e de fora dele, que consolidam as rotulações dos *outsiders*, as interações “internas” são marcadas por profundas tensões decorrentes da proximidade entre uma pluralidade de atores (alguns traficantes) que nunca podem se finalizar em uma confrontação crítica publicizada. Em outros termos, enquanto o primeiro tipo de interações e de proximidade configura um continuum entre tensões e conflitos abertos (que levaram os *outsiders* a publicizar suas indignações em protestos ou atos) , no segundo tipo, a tomada de voz é “abafada” , apesar desta interações gerar uma profunda “insuportabilidade” (Breviglieri, 2009).

No entanto, neste último caso, a única modalidade de administrar o insuportável é o de sair do “condomínio”, enquanto todos os apartamentos do conjunto eram ocupados após a sua construção, hoje, cerca de 83 dos 304 apartamentos foram abandonados, vendidos e ou negociados.

O repertório da *violência urbana*, como fenômeno aparente e crescente neste programa, levou-me a compreender que as cidades médias possuem semelhanças com as grandes cidades e metrópoles brasileiras analisadas por diversos autores. Esse fenômeno, impulsionado pela execução do PMCMV, levou alguns moradores que não se ‘encaixaram’ nessa nova ordem, a mudaram-se do conjunto e ou venderam suas casas. Aos que se ajustaram, verificou-se uma restrição da circulação no próprio local e as ações cotidianas de moradores - aqueles que se autodenominam “do bem” - são fortemente coagidas. Silêncio, medo, sussurros são alguns dos ajustamentos morais à sociabilidade violenta que resultam das tensões analisadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECKER, Howard S. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BIRMAN, Patrícia. O poder da fé, o milagre do poder: mediadores evangélicos e deslocamento de fronteiras sociais. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 18, n. 37, p. 133-153, 2012.

BREVIGLIERI, Marc. L'espace habité que réclame l'assurance intime de pouvoir: Un essai d'approfondissement sociologique de l'anthropologie capacitaire de Paul Ricoeur. *Études Ricoeuriennes / Ricoeur Studies*, v. 3, n. 1, p. 34-52, 2009.

BURGESS, Ernest W. O crescimento da cidade: introdução a um projeto de pesquisa. In: Pierson, Donald (org). *Estudos de Ecologia humana*. São Paulo: Martins, 1945.

CEFAI, Daniel. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dans des arènes publiques. *Réseaux*, v. 14, n. 75, p. 43-66, 1996.

CEFAI, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva, tradução Bruno Cardoso. *Dilemas*, p. 11-48, 2009.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas. *Cuadernos de Antropología Social*, n. 27, p. 19-52, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000

FELTRAN, Gabriel Santis. *Fronteiras da tensão: um estudo sobre política e violência nas periferias de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2008.

FREIRE, Jussara. Elevar a voz em uma ordem violenta: a indignação colocada à prova pelo silêncio. In: MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/NOVAS FRONTEIRAS, 2008.

_____. Agir no regime de desumanização: esboço de um modelo para análise da sociabilidade urbana na cidade do Rio de Janeiro. *Dilemas*, v. 3, n. 10, p. 119-142, out-nov-dez, 2010.

_____. Uma caixa de ferramentas para a compreensão de públicos possíveis: um arranjo de sociologias pragmatistas. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 12, n. 36, p. 720-736, dez/2013.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Buenos Aires: Amorrortu, 1970.

_____. *Comportamentos em lugares públicos: notas sobre a organização social dos ajuntamentos*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2010.

_____. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.

GRILO, Carolina Christoph. O “morro” e a “pista”: Um estudo comparado de dinâmicas do comércio ilegal de drogas. *Dilemas*, p. 127-148, 2008.

GUSFIELD, Joseph R. *The culture of public problems: drinking-driving and the symbolic order*. Chicago: The University of Chicago Press, 1981.

Leite, Márcia Pereira. Violência, sociabilidade e risco nas margens da cidade: percepções e formas de ação de moradores de favelas cariocas. In: Luiz Antonio Machado da Silva (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: FAPERJ/Nova Fronteira, 2008. p. 115-141.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio (org.). *Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/FAPERJ, 2008.

_____. LEITE, Márcia Pereira e FRIDMAN, Luís Carlos. Matar, morrer, civilizar: o problema da segurança pública. In: VVAA, *Mapas: Monitoramento Ativo da Participação da Sociedade*. Rio de Janeiro: IBASE/Action Aid/Ford Foundation, 2005.

_____. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MATTOS, Carla dos Santos. *Viver nas margens: gênero, crime e regulação de conflitos*. Tese de Doutorado, UERJ, Rio de Janeiro. 2014

MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil: esboços de uma interpretação. In: MISSE, Michel (org). *Acusados e Acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro: Revan, 2008. p. 13-32.

_____. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria “bandido”. *Revista Lua Nova*, p. 15-38, 2012.

PARK, Robert Erza. *La ciudad y otros ensayos de ecologia urbana*. Espanha: Ediciones del Serbal, 1999.

PARK, Robert Erza. A comunidade urbana como configuração especial e ordem moral. In: PIERSON, Donald (1970). *Estudos de Ecologia humana*. São Paulo: Martins, 1970. p. 127-141.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos.; VOGEL, Arno.; MELLO, Marco Antônio da Silva. *Quando a casa vira rua: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985.

SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SIMMEL, Georg. A natureza sociológica do conflito. São Paulo, Ática. 1983, p. 122-134.

SIMMEL, Georg. A metrópole e a vida mental. In: VELHO, Otávio Guilherme. *O Fenômeno Urbano*. 4º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979

VALLADARES, Lícia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem à favela.com*. 1º edição. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

ZALUAR, Alba. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. *São Paulo em Perspectiva*, n. 13, p. 3-17, 1999.